



GNF-MA/CPL
Folha: 062
Rubrica: [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE – MA
CNPJ – 01.625.921/0001-02
PODER LEGISLATIVO

PARECER JURÍDICO

Referente: Processo nº 1012.001/2019

Dispensa de Licitação nº. 009/2019

Interessado: Câmara Municipal de Governador Nunes Freire.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria em licitação e Contratos Administrativos para atender as necessidades da Câmara Municipal de Governador Nunes Freire, para o mês de janeiro e fevereiro de 2020.

Senhor Presidente,

Consta deste processo que a Câmara Municipal de governador Nunes Freire pretende contratar uma empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria em licitação e Contratos Administrativos para atender as necessidades da Câmara Municipal de Governador Nunes Freire, para o mês de janeiro e fevereiro de 2020.

Consta nos autos do processo a pesquisa de preços na qual se auferiu o menor valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais). Onde também foi identificada a proposta apresentada com um valor compatível de mercado, sendo esse de R\$ R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), cotado pela empresa **SP CONSULTORIA PUBLICA** inscrita no CNPJ sob o Nº **35.655.861/0001-92**.

Outrossim, informa a Comissão de Licitação, que a referida empresa se adequada para a finalidade pretendida, bem como que existe rubrica orçamentária.

Após a devida tramitação, o Presidente da Comissão de Licitação encaminhou os autos a esta ASSESSORIA JURÍDICA para a emissão de parecer.


É o breve relatório, passo a opinar.

J. J. de Abreu Pereira
Advogado
OAB/MA Nº 4.757



GNF-MA/CPL

Folha: 063

Rubrica: **CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE – MA**

CNPJ – 01.625.921/0001-02

PODER LEGISLATIVO

Desde logo, verifico que os serviços pretendidos podem ocorrer com dispensa de licitação, pois se destina a atender finalidade precípua da Autarquia, conforme o art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:**II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;**

Desse modo, com fundamento na legislação acima citada, opinamos no sentido de que a Câmara Municipal de Vereadores efetue a contratação de empresa para os presentes serviços, com dispensa de licitação, tendo em vista que o valor total encontra-se devidamente dentro do limite estabelecido no Art. 24, Inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

É o parecer.

Governador Nunes Freire – MA, 08 de janeiro de 2020

J. J. de Abreu Pereira
Advogado
OAB/MA Nº 4.797

J. J. de Abreu Pereira
OAB/MA Nº 4.797
ASSESSOR JURÍDICO